

O PECUARISTA FAMILIAR: EMERGÊNCIA DE UMA NOVA CATEGORIA SOCIAL NO EXTREMO SUL DO BRASIL

Rafael Gastal Porto¹
Antônio Jorge Amaral Bezerra²
Volnei Krause Kohls³
Flávio Sacco dos Anjos⁴

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar e caracterizar a pecuária familiar no Município de Bagé, RS, segundo alguns critérios de estratificação (área, natureza da mão de obra e renda). Foram realizadas entrevistas diretas com os produtores rurais durante os meses de maio e junho de 2007, nas localidades rurais de Palmas, Olhos D'Água, Coxilha do Haedo, Serrilhada e Santa Tecla, totalizando 40 questionários aplicados. A análise multivariada foi utilizada para o tratamento dos dados. A pesquisa revelou que 80% dos produtores exploram áreas de até 200 hectares, bem como o fato de que em 87,5% dos casos a força de trabalho é exclusivamente de caráter familiar. Quanto à renda mensal familiar líquida, em 70% dos casos ela é inferior a dois salários-mínimos. O estudo revelou também a importância das rendas não agrícolas em relação à renda total, particularmente das aposentadorias e pensões que funcionam como instrumento essencial de reprodução social das famílias.

Termos para indexação: agricultura familiar, bovinos de corte, caracterização, pecuária.

THE FAMILY CATTLE FARMER: THE EMERGENCE OF A NEW SOCIAL CATEGORY IN SOUTHERN BRAZIL

ABSTRACT

The objective of this paper was to identify and characterize family farm livestock in Bagé, RS, Brazil, according to some criteria (land area, labor use and income). Direct interviews were

¹ Engenheiro-agrônomo, Mestre em Ciências, analista da Embrapa Clima Temperado, BR 392, Km 78, Caixa Postal nº 403, CEP 96010-971 Pelotas, RS. rafael.porto@cpact.embrapa.br

² Engenheiro-agrônomo, Doutor em Ciências, professor-adjunto da Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Departamento de Ciências Sociais Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (UFPel/FAEM/PPGSPAF), Campus Universitário, s/nº, Caixa Postal nº 354, CEP 96010-900 Pelotas, RS. ajabez@ufpel.edu.br

³ Engenheiro-agrônomo, Doutor em Administração, professor-associado da UFPel/FAEM, Pelotas, RS. vkkohls2002@yahoo.com.br

⁴ Engenheiro-agrônomo, Doutor em Sociologia, professor-associado da UFPel/FAEM/PPGSPAF, Pelotas, RS. flaviosa@ufpel.edu.br

conducted with family livestock farms during the months of May and June of 2007 in several locations: Palmas, Olhos D'Água, Coxilha do Haedo, Serrilhada and Santa Tecla, in a total of 40 interviews. Multivariate analysis was used to examine the data. The research showed that 80% of the families farmed areas of up to 200 hectares, 87,5% of the interviewees used exclusively family labor. As for the family monthly liquid income, 70% of the cases earned less than two minimum wages. The results also showed the importance of off-farm income compared to total income, particularly of the retirements and pensions as essential instruments of social maintenance of the families.

Index terms: beef cattle, characterization, family farming, livestock.

INTRODUÇÃO

As atividades agropecuárias assumem um papel crucial para a economia do Rio Grande do Sul. Segundo algumas fontes (SCHETTERT, 2007), são elas responsáveis por aproximadamente 40% do Produto Interno Bruto dessa unidade federativa. A pecuária extensiva é um dos setores mais importantes, ocupando uma área de 16 milhões de hectares, cuja produção é muito oscilatória, diante dos diferentes níveis de produtividade física, da adoção de tecnologias e da eficiência econômica (CACHAPUZ, 1993, citado por BRISOLARA, 2001). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o rebanho gaúcho de bovinos é de 14.239.906 cabeças, o que representa 6,87% do rebanho nacional. A exploração pecuária, de forma geral, é desenvolvida basicamente pelo pastoreio contínuo de campos nativos e cultivados (IBGE, 2007).

Segundo Miguel et al. (2006), não obstante a importância da pecuária extensiva (bovina e ovina), a região da Campanha Meridional está marcada por um fraco dinamismo econômico. Some-se a isso o fato de essa atividade viver um período atualmente marcado por incertezas decorrentes, em boa medida, das transformações advindas da globalização da economia, a qual, indistintamente, afeta todos os ramos de atividade econômica, precisamente os que se mostram economicamente mais frágeis, como é o caso dos produtores familiares.

A pecuária de corte apresenta, atualmente, uma realidade diversificada, complexa e, paradoxalmente, pouco conhecida. Nesse sentido, se por um lado constata-se uma relativa profusão de estudos e pesquisas sobre a cadeia produtiva da carne bovina, por outro lado, ressurte-se da falta de informações

acerca do perfil dos produtores rurais envolvidos nessa atividade. Esse relativo desconhecimento mostra-se particularmente importante levando-se em conta a heterogeneidade de situações encontradas no âmbito da atividade.

A aludida heterogeneidade resulta não somente do nível tecnológico dos produtores e da diversidade dos sistemas de produção, mas inclusive da natureza das relações de produção implicadas. O presente estudo parte do pressuposto de que o pecuarista familiar representa um segmento peculiar e relevante no âmbito da pecuária extensiva, o qual vem sendo reconhecido por estudos recentes que estimam esse contingente em 12% do universo da pecuária extensiva do Rio Grande do Sul (SEBRAE et al., 2005). O objetivo deste trabalho é o de identificar e caracterizar a pecuária familiar no Município de Bagé, com base em distintos critérios de avaliação do perfil desses produtores e situação socioeconômica. Dessa forma, imagina-se que se torna necessário conhecer e acompanhar a evolução das formas sociais de representação da pecuária familiar e entender qual sua participação na economia e nas políticas governamentais de incentivo à produção, buscando abordar as potencialidades e limitações dos sistemas de produção. Espera-se, com este estudo, fornecer e disponibilizar dados e informações sobre a pecuária familiar para que os órgãos públicos elaborem políticas de investimento adequadas a essa categoria social e, nessa perspectiva, que se estabeleçam subsídios com bases sólidas para o processo de desenvolvimento local e regional, e de incremento da economia gaúcha, cooperando assim para a consecução de ações e incentivos à pecuária familiar.

A EVOLUÇÃO DO CAMPESINATO E A AGRICULTURA FAMILIAR SOB O IMPACTO DO CAPITALISMO

O foco do presente estudo recai no objetivo de investigar as características essenciais do pecuarista familiar em uma região marcada pelo peso da pecuária extensiva. O desafio de tal compreensão justifica o resgate dos referenciais teóricos mais importantes sobre a questão da produção familiar e do destino dos camponeses sob o modo de produção capitalista. Parte-se da premissa de que as noções correspondentes ao campesinato e à agricultura familiar demarcam itinerários distintos, ou paradigmas, no entendimento sobre o rumo das transformações impostas pela penetração do capitalismo na agricultura.

Sob o paradigma do “capitalismo agrário”, afirma-se que o único futuro para o campesinato está na metamorfose deste em agricultor familiar, pois o camponês seria sinônimo de atraso, resquício do feudalismo, da barbárie, e que seu desaparecimento seria inevitável com o avanço do capitalismo e, assim sendo, a sua transformação em agricultor familiar seria a única possibilidade de permanência. No marco do paradigma da “questão agrária”, ressalta-se que não há diferença entre agricultor familiar e camponês, pois ambos são assim definidos por terem a família como ente aglutinador e o trabalho familiar como eixo orientador dos processos produtivos. Ao mesmo tempo em que a família é proprietária dos meios de produção, assume também o trabalho no estabelecimento como traço essencial e uma lógica peculiar de funcionamento centrada na reprodução social de seus membros. O diferencial dessa categoria está diretamente relacionado à capacidade de adaptação aos imperativos do mercado e da incorporação de inovações tecnológicas.

Segundo Marx (1986), o capitalismo, ao penetrar no campo, provocaria o fenômeno de concentração da riqueza, tal como ocorreu no setor industrial. As grandes propriedades absorveriam as pequenas, levando à proletarianização das camadas mais pobres do campesinato, de forma que a produção especificamente capitalista tenderia a preponderar. Dessa forma, os camponeses seriam forçados a vender sua força de trabalho, pois o capitalismo penetraria na agricultura, separando o agricultor de seus meios de produção. Para Marx (1982), o trabalho não pertence à natureza do trabalhador, mas sim é condição para que esse sobreviva minimamente, sendo obrigado a se adequar às condições de trabalho.

Lênin é outro autor que trata da questão do campesinato, suas possibilidades e perspectivas. Conforme Lênin (1982), o capitalismo se fundamentava no processo de exclusão social, por meio da detenção dos meios de produção, de forma que o que importava para o capitalismo era a crescente transformação da mais-valia em capital, com o mais rápido crescimento do setor de bens de capital. O modo capitalista de produção generalizou-se, promovendo a disseminação de suas relações básicas de produção e circulação. O capital, enquanto relação social que se estabelece entre os homens, acumula-se, concentra-se e centraliza-se, criando e recriando a si e ao espaço social, o qual se instala de forma combinada e desigual. O desenvolvimento desse sistema implica não somente a produção de mercadorias, mas também a realização

delas por meio do processo de circulação, o qual implica criação e recriação do espaço no qual se instala, levando a desestruturação e/ou reestruturação de diversas atividades produtivas.

Já Kautsky afirma que o processo de expansão do capitalismo no campo, consubstanciado na modernização da produção agrícola, provocou profundas e irreversíveis transformações na organização dos espaços agrários, o que acabou por gerar novas formas de expressão da agricultura. No âmago dessas questões, o autor trabalha e questiona bastante a vertente da dialética enquanto campo de transformações sociais e suas formas de representações. Os resultados a que chega Kautsky mostram que o capital se apodera da agricultura pela revolução no modo de produzir, determinando uma crescente dependência em relação à indústria. (KAUTSKY, 1998, p. 28).

O ponto de vista do marxismo agrário ortodoxo que admitia o inevitável fim do campesinato sob o impacto do capitalismo foi questionado pelo agrônomo e economista russo Alexander Chayanov (1981). Para esse autor, as categorias econômicas aplicáveis às grandes explorações e empresas capitalistas não se aplicam ao estudo do campesinato. Essa forma social de produção é regida por uma outra lógica de funcionamento.

Segundo Chayanov (1981), o camponês não tem por objetivo maximizar renda, mas sim satisfazer suas necessidades, tendo como traço distinto a capacidade das famílias de impor a si mesmas um ritmo de autoexploração. Diferentemente da concepção de Marx (1982), Chayanov parte do ponto de vista micro, interessando-se pelos mecanismos a partir dos quais o camponês toma decisões. A diferenciação que ocorre no âmbito do campesinato não é de ordem social, como apregoava Lênin (1982), mas de ordem demográfica, em que o fundamental é o tamanho e a composição da família, da qual depende seu ciclo de desenvolvimento. Chayanov (1981) concebe a unidade econômica familiar como uma categoria social que preserva sua existência em pleno mundo capitalista, fazendo uso do progresso técnico quando as circunstâncias o exigirem diante da lógica de organização da própria unidade de produção.

O surgimento de uma nova noção – a agricultura familiar – representa o reconhecimento de que o impacto do capitalismo não foi suficiente para decretar o desaparecimento de formas familiares de produção. Esse debate foi introduzido no País na segunda metade da década de 1990, por meio de alguns

estudos que se tornaram clássicos, entre os quais o trabalho coordenado por Lamarche (1993), segundo o qual a exploração familiar é uma unidade de produção agrícola em que propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. Para esse autor, toda exploração camponesa é uma exploração familiar, entretanto nem todas as agriculturas familiares são camponesas. Seria um erro concluir que todos os agricultores familiares possuem um mesmo sistema de valores e as mesmas ambições para o futuro. O fato é que:

As explorações familiares agrícolas não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social que corresponda a uma classe social no sentido marxista do termo. Desse modo, a exploração familiar não é, portanto, um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade. (LAMARCHE, 1993, p.18).

Sacco dos Anjos (2003) faz uma abordagem dos enfoques atuais sobre a agricultura familiar, centrando seu foco no marco dos impactos da “modernização” da agricultura, tida como decisiva no sentido das transformações que incidem sobre o rural brasileiro. Nesse aspecto, analisa as especificidades da agricultura familiar enquanto forma social de produção, bem como de evolução sob o impacto da modernização. A agricultura familiar brasileira, na heterogeneidade de suas formas de organização, na atual conjuntura desvela flexibilidade e capacidade de adaptação, particularmente por parte daqueles setores que conseguiram incorporar inovações tecnológicas e uma crescente integração aos mercados.

Abramovay (1992) destaca a importância da unidade de produção familiar quando coloca: “...é fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constitui a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas”. Friedmann (1978) compreende as unidades de produção como um grupo homogêneo, plenamente inserido no mercado, ao passo que Ploeg (1992) concebe os agricultores familiares como uma categoria heterogênea, existindo diferentes graus de mercantilização entre os produtores.

A análise de Lamarche (1993) sobre a exploração familiar desenvolve-se sobre um eixo hipotético definido pelo grau de integração na economia de mercado. Dessa forma, dependendo do grau de integração com o mercado, há uma determinada relação com a sociedade de consumo, um determinado

modo de vida, de representação e dinâmica de operação. As extremidades desse eixo estão representadas pela exploração camponesa, ou *Modelo Original*, e pela exploração familiar, ou *Modelo Ideal*. A localização no referido eixo das explorações familiares dependeria de sua própria história e do ambiente específico no qual elas operam, bem como da forma e do grau de inserção nesse ambiente. Isto é, os exploradores familiares organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem alianças em função da memória que guardam de sua história e de suas ambições em relação ao futuro.

Dito de outra forma, as unidades familiares de produção familiar não se constituem em um grupo social homogêneo. Com isso, a cada formação sócio-histórica corresponde um modelo de exploração determinado. Assim, em uma mesma região, as explorações familiares se distinguem pela origem étnica, pela religião, pelos hábitos dominantes, pela colonização, pela distância da comunidade rural a qual pertencem, pela atividade produtiva a qual se dedica, dentre outros fatores, que são capazes de caracterizar um grupo e, ao mesmo tempo, distingui-lo de outros.

Sob a égide da agricultura familiar, destaca-se que a pecuária familiar seria uma derivação daquela categoria, apresentando as mesmas características similares àquela e, ao mesmo tempo, certas especificidades em relação às formas de organização e relação com os mercados. Ou seja, seus sistemas de produção atendem a aspectos de área, produto, ciclos de produção, etc., peculiares à pecuária e que necessitam ser levados em conta na análise de propostas de políticas públicas e em pesquisas agropecuárias no âmbito das instituições.

Tradicionalmente, a pecuária extensiva (bovinos, ovinos) está associada, no plano das representações, à grande exploração latifundiária. O presente trabalho se identifica, em última análise, com uma nova vertente de estudos que trata de demonstrar a existência de um setor da agricultura familiar dedicado a esse tipo de atividade, o qual reivindica um novo olhar por parte da pesquisa e experimentação agropecuária a partir do reconhecimento de sua importância e nível de protagonismo.

Os conceitos de heterogeneidade e graus de mercantilização são extremamente importantes para o estudo da pecuária familiar, pois, por meio desse enfoque, pode-se avançar no reconhecimento de especificidades

que repercutem no plano da demanda de uma agenda de políticas de fomento específicas. Nesse sentido, sabe-se que algumas propriedades possuem alto grau de mercantilização, enquanto outras, existentes na mesma região, possuem um grau de mercantilização sensivelmente menor (SANDRINI, 2005).

Todavia, antes de avançar na discussão, cabe reafirmar alguns conceitos. Com efeito, no marco do Convênio FAO/Incra, a agricultura familiar é definida a partir de três características centrais:

[...] (a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; (b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; e (c) a propriedade dos meios de produção, embora nem sempre da terra, pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (FAO/INCRA, 1996, p. 4).

Afirma-se que a abordagem de Gasson e Errington (1993), citados por Sacco dos Anjos (2003), é a que será utilizada para fins desse trabalho, em que o conceito de agricultura familiar abrange os seguintes aspectos:

[...] os traços essenciais da agricultura familiar são: (a) a gestão é feita pelos proprietários; (b) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; (c) o trabalho é fundamentalmente familiar; (d) o patrimônio pertence à família; (e) o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família; e (f) os membros da família vivem na unidade produtiva (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 43).

A pecuária é um sistema (Figura 1) constituído por uma sequência de etapas interdependentes (cria – cria – cria – engorda), que exigem diferentes manejos, fazendo com que cada etapa constitua-se quase como linha diferenciada de produção; portanto, com possibilidades diferenciadas de inovações (MIELITZ NETTO, 1994). A produção pode ocorrer com as distintas fases do ciclo de produção realizadas no mesmo estabelecimento (integração horizontal) ou, separadamente, havendo uma especialização maior em uma ou outra destas etapas.

Em municípios do extremo sul gaúcho, como é o caso de Canguçu, o sistema de criação implementado pelos produtores familiares na criação extensiva de gado de corte reveste-se de importância em termos de suas peculiaridades. Isso pode ser verificado, dentre outros aspectos, pelo fato de que

não há uma época específica para a venda do gado. Dessa maneira, inexistindo a obrigatoriedade da renda proveniente da produção pecuária, esse produtor recorrentemente pode, segundo algumas fontes, protelar a comercialização do gado por um período que ultrapassa o ano agrícola (COTRIM, 2003). Ainda de acordo com o citado autor, se a pecuária é a principal atividade, como é possível que esse produtor possa se reproduzir sem comercializar sua produção? A resposta a essa questão está baseada na constatação de que o pecuarista familiar possui certa autonomia decorrente de algumas estratégias de reprodução social, no que se refere, por exemplo, à produção para o autoconsumo, além de lançar mão da diversificação produtiva com outras atividades (milho, feijão, etc.), bem como de outras fontes, inclusive de natureza não agrícola (aposentadorias e pensões, venda da força de trabalho de membros da família para outros produtores, no comércio, indústria e artesanato).

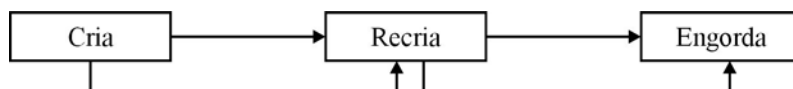


Figura 1. Ciclo da produção da pecuária extensiva.

No que tange ao universo da pecuária familiar, é sabido que o ambiente (biótico e abiótico) exerce influência na atividade pecuária (índices de lotação, taxas de desfrute, etc.), do mesmo modo que se percebe que a atividade gera externalidades ambientais importantes. A região que originalmente era formada por savanas (vegetação arbustiva de pequeno/médio porte) foi se tornando campo, por intermédio, principalmente, da ação antrópica. Os solos rasos da região condicionaram, em boa medida, o desempenho da pecuária em detrimento de outras atividades, como no caso da produção de grãos, que requer outras condições para se desenvolver satisfatoriamente em termos de topografia e capacidade de uso dos solos.

Assim, pode-se dizer que o ambiente está intimamente relacionado com a reprodução social do pecuarista familiar, ao mesmo tempo em que este influi diretamente sobre a formação, manutenção e dinâmica desse ambiente (COTRIM, 2003). Há que se ressaltar, para o argumento do presente artigo, que se reconhece o pecuarista familiar como categoria social emergente, mas não é que a mesma não existisse anteriormente. O fato é que só a partir do

surgimento de uma política pública específica – o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) –, sua existência é admitida como unidade pertinente de análise e objeto de política pública. A próxima seção é dedicada a explicitar o marco metodológico da pesquisa.

METODOLOGIA

O presente trabalho teve como espaço de pesquisa o Município de Bagé, situado na mesorregião do Sudoeste Rio-Grandense. Trata-se de uma localidade que conta, segundo dados do Sade, banco de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra (2008), com um total correspondente a 1.975 estabelecimentos rurais, sendo 1.402 (71%) deles de caráter familiar, os quais concentram apenas 12,7% da área agrícola total.

No entendimento da extensão rural oficial (Emater/RS), o universo da pecuária familiar contempla, nesse município, estabelecimentos rurais com até 300 hectares. Por outro lado, o módulo fiscal (municipal) corresponde a 28 hectares. Com isso, estabelecimentos com até 168 hectares, equivalentes a seis módulos fiscais, são considerados de caráter familiar no que diz respeito ao acesso ao Pronaf. Há, portanto, um espaço difuso que não somente revela possíveis ambiguidades entre ambos critérios de definição, mas inclusive reveste-se de importância por se tratar de um contingente de explorações disputado tanto por organizações ligadas à agricultura familiar quanto de caráter patronal.

A particularidade desses pecuaristas reside no fato de possuírem a pecuária de corte como atividade principal desenvolvida com base em uma economia essencialmente familiar (SANDRINI, 2005). Mas, apesar de sua importância numérica, os pecuaristas familiares vêm enfrentando uma série de dificuldades que acarretam a crescente descapitalização do setor, como resultado, segundo Cotrim (2003), da falta de crédito e de subsídios, do fracionamento das propriedades em virtude do processo de heranças, bem como das sucessivas crises da atividade pecuária em face da reiterada instabilidade do mercado de preços.

De acordo com a Embrapa (2005), os pecuaristas familiares representam uma fração importante da população rural na região da Campanha Gaúcha, os quais hoje são reconhecidos como público preferencial dos agentes

da extensão oficial, cujas demandas principais se concentram no atendimento das questões de infraestrutura como saúde, energia elétrica e transporte. No entanto, em relação às demandas tecnológicas, elas se concentram na busca de animais adequados às condições de criação, melhoria do controle de enfermidades parasitárias e novas alternativas forrageiras para alimentação animal.

Pode-se dizer que o pecuarista familiar, produtor de carne (bovina e/ou ovina), tem invariavelmente estado à margem dos instrumentos de política agrária e agrícola. Esse quadro decorre do entendimento de que se trata de uma atividade extensiva e representativa de um tipo de exploração com amplo acesso a fontes públicas e a mecanismos de apoio e fomento. A realidade demonstra, entretanto, que essa premissa mostra-se equivocada. Em primeiro lugar, porque a atividade pecuária aglutina em seu interior uma ampla diversidade de produtores que vai desde o pecuarista familiar ao grande pecuarista patronal (de carne identificada e com marca própria), bem como o de reprodutores (grandes cabanhas). Em segundo lugar, porque a atividade pecuária, em seu conjunto, sofre oscilações contínuas em seus rendimentos, em função da dinâmica dos mercados e das conjunturas nacional e internacional que afetam, em maior ou menor grau, toda a cadeia pecuária (ovinos e bovinos).

Os resultados deste artigo advêm de uma pesquisa realizada por meio de amostragem, resultante de trabalho de campo, que gerou um banco de dados que contém variáveis quantitativas e qualitativas. No último caso, utilizou-se a técnica da entrevista estruturada por meio de aplicação de questionário semiaberto. De acordo com Gil (1999), este tipo de entrevista baseia-se numa relação fixa de perguntas e de ordem invariável para todos os entrevistados, possibilitando a análise estatística dos dados, uma vez que as respostas obtidas são passíveis de serem padronizadas.

Na fase de levantamento de dados, optou-se por um processo de amostragem que assegurasse a representatividade dos estabelecimentos de pecuária familiar de forma a retratar, no estudo de caso, a realidade do segmento social correspondente. Segundo Yin (2001), o estudo de caso é uma forma de estratégia de pesquisa intensiva em que é levada em consideração, principalmente, a descrição e a compreensão de fenômenos sociais complexos, por meio das relações dos fatores em um contexto social selecionado.

Os critérios estipulados neste trabalho, para contemplar o caráter familiar da pecuária no Município de Bagé, enquanto sistema de produção/reprodução

e manifestação, estão assentados em quatro premissas fundamentais e básicas, que são: a) que os estabelecimentos tenham como atividade principal a criação de animais (bovinos, ovinos e/ou caprinos) e que essa atividade ocupe a maior parte da área disponível, não sendo necessário que essa atividade responda pela maior fonte de renda em termos monetários; b) que a mão de obra seja predominantemente familiar, isto é, a mão de obra assalariada não pode ser superior à força de trabalho familiar; c) que o tamanho da área do estabelecimento ou da propriedade rural correspondesse a aproximadamente 300 hectares; d) que o produtor e sua família tenham residência fixa no campo ou em aglomerado urbano próximo.

Buscou-se junto à Emater Municipal (escritório de Bagé) e à Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Coordenadoria Agropecuária – da Prefeitura Municipal de Bagé, a indicação sobre quais são os estabelecimentos rurais do município, dedicados à pecuária de caráter familiar, que sejam mais representativos para a elaboração e consecução do trabalho em campo, respeitando os critérios básicos (dimensões) determinados de antemão para delimitar o objeto de estudo. Chegou-se ao tamanho da amostra, significativa do universo da população, por meio de cálculos estatísticos com base em dados de campo disponibilizados pelos órgãos públicos citados. Conforme Gil (1999), para o caso de populações finitas (universo da população inferior a 100.000 elementos), o tamanho da amostra é obtido pela seguinte fórmula:

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2(N - 1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q}$$

em que: **n** (tamanho da amostra); σ^2 (intervalo de confiança escolhido, expresso em número de desvios); **p** (porcentagem com a qual o fenômeno se verifica, estimado); **q** (porcentagem complementar = 100 – p); **N** (tamanho da população); **e²** (erro máximo permitido).

De acordo com os órgãos públicos municipais, o número de estabelecimentos rurais que se dedicam à pecuária de corte de caráter familiar responde por quatrocentas unidades de produção (N = 400) cadastradas. Assim sendo, considerou-se que no universo dessa população, correspondente ao âmbito da ‘pecuária familiar’, poder-se-ia estimar e se expressaria em 100% (p) dos casos estudados. Para se obter uma amostra significativa da população, usualmente se estabelece, segundo Gil (1999), uma margem de erro máxima estimada entre

3% e 5% para pesquisas sociais, e um nível de confiança de 95%; portanto, dois desvios, o que corresponde a um nível intermediário de confiança. Caso se desejasse um nível bastante alto ($\geq 99\%$), utilizam-se, na fórmula, três desvios. Optou-se, neste projeto, por se trabalhar com uma estimativa de erro máximo de 5%, e nível de confiança de 99% (3 desvios). Substituindo-se os valores escolhidos na fórmula, chegou-se ao tamanho da amostra de 33 questionários.

Para efeitos de se trabalhar com uma margem de segurança sólida e confrontar com o cálculo estatístico, utilizou-se, como parâmetro de indicação para a determinação do tamanho da amostra, os 10% dos estabelecimentos rurais das quatrocentas unidades de produção ($N = 400$) e, dessa forma, chegou-se ao tamanho de amostra de 40 estabelecimentos. Com os dois cálculos realizados ($n = 33$ e $N = 40$), optou-se por trabalhar com a maior amostra. As localidades abrangidas e estudadas foram: Palmas (Catarina, Coxilha das Flores, Lixiguana, Pedra Grande e Toca), Coxilha do Haedo, Olhos D'Água, Serrilhada e Estrada de Santa Tecla. Por ser a região mais representativa, o distrito de Palmas contabilizou 27 do total de questionários aplicados, restando 13 para as demais localidades.

Após a coleta dos dados, passou-se a etapa de processamento no software *Statistical Package for the Social Science* (SPSS® versão 12.0), para se proceder à inferência estatística e realizar a análise de *clusters* ou conglomerados. Esse software é uma ferramenta para análise multivariada, a qual qualifica os resultados do trabalho de pesquisa. Segundo Everitt (1993) e Manly (1986), a análise de *cluster* é uma técnica estatística que objetiva agrupar os indivíduos (casos) que possuam características semelhantes em função de um conjunto de variáveis selecionadas. Assim, a análise de *cluster* classifica os indivíduos (casos) em grupos homogêneos, denominados *clusters* ou conglomerados. Desse modo, os grupos criados pela análise de *cluster* são semelhantes entre si (dentro do *cluster*, a variância é mínima) e diferentes de outros *clusters* (entre *clusters*, a variância é máxima).

DISCUSSÃO CRÍTICA

Em relação ao critério estrutura fundiária pode-se observar, na Tabela 1, que a maioria dos estabelecimentos rurais (80%) de pecuária familiar no

Município de Bagé, RS, encontram-se em uma faixa cujo limite superior é 200 hectares. Ou seja, esse dado demonstra que em termos de área, a pecuária familiar é constituída por estabelecimentos relativamente pequenos diante do caráter extensivo da produção animal. Além disso, tal produção se desenvolve em ambientes consideravelmente frágeis do ponto de vista da potencialidade agronômica das áreas fisiográficas implicadas. Esse quadro exprime a busca recorrente das famílias por alternativas de renda que complementem a vulnerabilidade a que permanentemente se acham expostas no contexto de uma atividade refém das oscilações dos mercados e de problemas ambientais, como é precisamente o caso das últimas secas que atingiram a região.

Tabela 1. Distribuição dos estratos de área total nos estabelecimentos rurais de pecuária familiar em Bagé, RS.

Estratos de área (hectares)	Porcentagem
0 – 50 ha	32,5
50 – 100 ha	25,0
100 – 200 ha	22,5
200 – 300 ha	12,5
Acima de 300 ha	7,5
Total	100,0

Fonte: Trabalho de Campo, em 2007.

No que se refere à natureza do trabalho, os dados da Tabela 2 confirmam que a maioria dos estabelecimentos (87,5%) se baseiam essencialmente no emprego da mão de obra familiar, comprovando e reafirmando a base teórica referida neste artigo e que alude ao fato de que a pecuária familiar seria um tipo específico de agricultura familiar, contemplando assim algumas características fundamentais dessa forma social de produção, nomeadamente aquela relativa à preponderância da força de trabalho da família como estruturadora dos processos produtivos e a interdependência entre propriedade, meios de produção, trabalho familiar.

Por intermédio da Tabela 3, pode-se perceber que a grande maioria (70%) dos produtores pecuaristas familiares auferem uma renda familiar mensal

líquida inferior a dois salários-mínimos. Esse dado é de fundamental importância na medida em que reflete o entendimento acerca das reais condições socioeconômicas dessas famílias. Além disso, cabe destacar que quando se fala em agricultura familiar e, neste trabalho em específico, em pecuária familiar enquanto forma social de produção, deve-se atentar para as diversas dimensões que a atividade encerra em sua lógica peculiar de funcionamento.

Tabela 2. Natureza do trabalho (mão de obra) nos estabelecimentos rurais de pecuária familiar em Bagé, RS.

Mão de obra	Porcentagem
Familiar	87,5
Familiar e Contratada	12,5
Total	100,0

Fonte: Trabalho de Campo, em 2007.

Tabela 3. Renda familiar mensal líquida (em número de salários-mínimos) nos estabelecimentos rurais de pecuária familiar em Bagé, RS.

Renda familiar mensal	Porcentagem
Menos de 2 salários	70,0
2 a 5 salários	20,0
6 a 10 salários	10,0
Total	100,0

Fonte: Trabalho de Campo, em 2007.

Outro dado que a pesquisa revelou recai na importância das atividades e rendas não agrícolas que estão presentes em 77,5% dos casos que integram a amostra. Nos dados da Tabela 4, vê-se que as aposentadorias e pensões se destacam, com uma incidência de 41,9%, seguida da prestação de serviços ligados à própria pecuária, como é o caso dos aramadores (atividade ligada à conservação de cercas) e changueadores (ofício eventual ligado ao transporte de animais), com uma incidência de 19,4%. Mas outras atividades e rendas aparecem no âmbito da realidade investigada, como é o caso de funcionários públicos, prestadores de serviços e outras combinações bastante diversificadas.

A destacada importância de aposentadorias e pensões reforça as conclusões de outros estudos realizados no País (CALDAS et al., 2007; DELGADO; CARDOSO, 1999) que aludem ao peso dessas rendas para um amplo contingente de explorações familiares, bem como para a preservação do tecido social e produtivo nas pequenas localidades do País. E é com base nessa fonte de ingresso que muitos pecuaristas familiares conseguem viabilizar a atividade produtiva e a reprodução social de suas famílias.

Tabela 4. Tipos de renda não agrícola segundo a origem e natureza nos estabelecimentos rurais de pecuária familiar em Bagé, RS.

Tipos de renda não agrícola segundo a origem e natureza	Porcentagem
Aposentadoria rural	41,9
Serviços (aramador, changueador)	19,4
Funcionário público (professor, técnico, agente de saúde)	9,8
Assalariado (empregado rural, terceirizados)	6,4
Autônomo (mecânico, veterinário, inseminador, armazém)	6,4
Mista (aposentadoria mais outras rendas não agrícolas)	6,4
Diversa ⁽¹⁾ (combinação de duas ou mais rendas não agrícolas)	6,4
Artesão	3,3
Total	100,0

(1) Combinação de duas ou mais rendas não agrícolas, excetuando-se a aposentadoria rural, figurando esta última no tipo “Mista” desta tabela.

Fonte: Trabalho de Campo, em 2007.

CONCLUSÕES

Com base no referencial teórico-metodológico deste trabalho, bem como nos resultados empíricos obtidos em campo por meio das entrevistas aos pecuaristas familiares, pode-se afirmar que:

- A pecuária familiar constitui-se em um segmento expressivo da agricultura familiar no Sul do Brasil, possuindo uma lógica peculiar de

funcionamento e especificidades próprias da atividade de produção animal, a qual exprime as condições reinantes no contexto socioeconômico, ambiental, político e cultural em que se acha inserida.

- Em termos de estrutura fundiária, a pecuária familiar se caracteriza por utilizar áreas com até 200 hectares, configurando para a produção animal estabelecimentos de pequeno porte, em que pesem as características edafológicas atinentes a esse tipo de atividade e ao relevo acidentado dos estabelecimentos que as famílias controlam.
- A natureza do trabalho da pecuária familiar é baseada no emprego de mão de obra essencialmente familiar, característica esta central para identificar esse tipo de unidade de produção.
- Existe uma concentração significativa das famílias entrevistadas do ponto de vista da renda auferida no intervalo que compreende até menos de 2 salários-mínimos mensais. Os dados revelam, além disso, uma expressiva participação das aposentadorias e pensões na composição do ingresso econômico familiar. O contato com a realidade concreta revelou a importância das rendas não agrícolas para a reprodução social da pecuária familiar nessa região fisiográfica gaúcha.
- A pecuária familiar representa um setor identificado com a mesma lógica de operação de outros segmentos da agricultura familiar brasileira e que só muito recentemente vem sendo reconhecido no marco das políticas públicas e como objeto da pesquisa científica.

AGRADECIMENTOS

O primeiro autor deste artigo agradece o apoio recebido do CNPq por meio da concessão de bolsa de mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora da Unicamp: Hucitec, 1992.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [**População, Economia e Canais**]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 10 set. 2007.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; **Sade**: banco de dados da agricultura familiar. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=177&Itemid=206>. Acesso em: 21 abr. 2008.

BRISOLARA, C. S. **Análise intertemporal de alternativas tecnológicas na bovinocultura de corte gaúcha**. 2001. 138 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural)–Curso de Pós-Graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

CALDAS, N. V.; SACCO DOS ANJOS, F.; BEZERRA, A. J. A. Envejeciendo en la pobreza? Universalización de los derechos sociales en la agricultura familiar del sur de Brasil. **Trayectorias**, México, DF, v. 25, p. 78-88, 2007.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.

COTRIM, M. S. **‘Pecuária familiar’ na região da ‘Serra do Sudeste’ do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu-RS. 2003. 142 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)–Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

DELGADO, G. C.; CARDOSO JÚNIOR, J. C. **O idoso e a previdência rural no Brasil**: a experiência recente da universalização. Rio de Janeiro: Ipea, 1999.

EMBRAPA PECUÁRIA SUL. **III Plano Diretor da Embrapa Pecuária Sul**: 2004-2007. Bagé, 2005. 38 p. (Embrapa Pecuária Sul. Documentos 59).

EVERITT, B. S. **Cluster analysis**. London: Hodder & Stoughton, 1993. 170 p.

FAO; INCRA. Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico: 1996. Brasília. In: **NOVO retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília, DF: FAO; Incra, 2000.

FRIEDMANN, H. World market, state and family farm: social bases of household production in the era of wage labour. In: **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v. 7, n. 4, 1978. p. 545-586.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Brasília, DF: Linha Gráfica, 1998. 586 p.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional – uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. v. 1. 336 p.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 402 p. Traduzida e com nota introdutória por José Paulo Netto e revista, com base no original russo, por Paulo Bezerra.

- MANLY, B. F. J. **Multivariate statistical methods: a primer**. London: Chapman & Hall, 1986. 159 p.
- MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p.VII-27.
- MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 112 p.
- MIELITZ NETTO, C. G. A. **Modernização e diferenciação na bovinocultura de corte brasileira**. 1994. 224 f. Tese (Doutorado em Economia)–Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- MIGUEL, L. A.; MIELITZ NETTO, C. G. A.; NABINGER, C.; SANGUINÉ, E.; WAQUIL, P. D.; SCHNEIDER, S. **Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte no Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/eventos/3eeg/Artigos/m02t03.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2006.
- PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMÁN, E. S. (Ed.). **Ecología, campesinado y historia**. España: Las Ediciones de la Piqueta, 1992.
- SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: Egupel, 2003. 374 p.
- SANDRINI, G. B. D. **Processo de inserção dos pecuaristas familiares do Rio Grande do Sul na cadeia produtiva da carne**. 2005. 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)–Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- SCHETTERT, M. C. O desempenho da economia gaúcha em 2007. **Indicadores FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 4, p. 7-20, 2007.
- SEBRAE; FARSUL; SENAR. **Diagnóstico de sistemas de produção da bovinocultura de corte do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS: IEPE, 2005. 265 p. Relatório de Pesquisa.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.